

Os pecados do “zero um”

RACHADINHAS O MP do Rio de Janeiro conclui que Flávio Bolsonaro cometeu três crimes em parceria com Fabrício Queiroz

POR ANDRÉ BARROCAL

Flávio Bolsonaro, o filho “zero um” do presidente, embolsou 2,7 milhões de reais de funcionários no tempo de deputado estadual no Rio de Janeiro? Se sim, cometeu crime de peculato, a apropriação de verba pública por quem a administra, punido com 2 a 12 anos de cadeia. E para branquear essa grana suja, usou uma loja de chocolates comprada de 2014 para 2015? Adquiriu imóveis por preços abaixo de mercado, pagou *cash* a diferença por fora e depois os revendeu pelo valor real? Se sim, foi lavagem de dinheiro, pena de 3 a 10 anos. Sua conduta teve a colaboração de várias pessoas, a principal delas o ex-PM em prisão domiciliar Fabrício Queiroz, amigo de Jair Bolsonaro? Se sim, viu-se aí uma organização criminosa, ilícito castigado com reclusão de 3 a 8 anos.

O Ministério Público do Rio não tem dúvida sobre as respostas a essas questões, razão para ter finalizado a acusação que apresentará à Justiça contra Flávio e Queiroz. Uma denúncia baseada em movimentações bancárias, declarações de Imposto de Renda, mensagens de celular,

anotações, cronologias, mas nenhuma denúncia. A possível delação de Queiroz ou de sua mulher, Márcia Aguiar, outra em cárcere domiciliar, não veio, após o ex-PM ter sido pego pela polícia em junho, na casa do então advogado de Flávio, Frederick Wassef. Este, aliás, acaba

de tornar-se réu, no Rio, por dois crimes similares atribuídos ao ex-cliente, peculato e lavagem de dinheiro, no suposto desvio de verba pública do Sistema S pela Federação do Comércio do Rio.

Até a conclusão desta reportagem, na quinta-feira 1º, a acusação contra Flá-

vio e Queiroz estava com o chefe do MP fluminense, Eduardo Gussem. Flávio trava uma batalha pessoal com ele. Pediu, e em agosto o Conselho Nacional do Ministério Público abriu um processo contra Gussem. Este manteve o grupo especial anticorrupção no encalço de Flávio, mesmo após o Tribunal de Justiça do Rio ter dado foro especial ao filho do presidente, em junho. Com o foro, o senador podia ser averiguado só pelo próprio chefe do MP. Gussem disse ao CNMP que o senador faz tudo para “obstaculizar as investigações”.

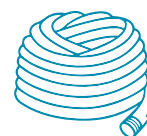
O chefe do MP do Rio parece calcular o melhor momento político-jurídico de despachar a acusação contra Flávio ao TJ. Deixa o cargo em janeiro. Seu sucessor será escolhido em uma lista tríplice pelo governador do Rio. Diante da desgraça de Wilson



Queiroz permanece em silêncio, fiel ao clã e ao ex-capitão



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 20

Lava Jato. O juiz Marcelo
Bretas não desiste
da espetacularização



Somadas, as penas
podem render 30 anos
de reclusão ao senador

Witzel, inimigo dos Bolsonaro, o leme está hoje com o vice, Cláudio Castro, que namora o clã. Em 24 de setembro, um dia após a abertura do processo de *impeachment* de Witzel, Castro recebeu o ex-capitão na porta do avião presidencial e, mais tarde, ouviu Bolsonaro declarar em um evento: “Juntamente com a Assembleia Legislativa e o nosso jovem governador, vamos buscar uma maneira de tirar o Rio de Janeiro da situação difícil”.

O próprio Castro está em dificuldades, graças à tropa de Gussem. O MP quer saber se ele tirou proveito de corrupção na Fundação Leão 13, órgão assistencial do governo. A suspeita é que Castro teria se beneficiado de desvios quando era

vereador e, depois, como vice-governador, cargo que lhe deu o controle da instituição. O primeiro tiro contra fraudes na fundação, a Operação Catarata, ocorreu em julho de 2019 e levou à prisão de um empresário, Flávio Chadud, com quem Castro se reunira um dia antes, em um *shopping*. Uma firma de Chadud ficava no *shopping*

**As investigações
esbarram
inevitavelmente
em Bolsonaro pai**

e, naquele dia, ele teria dado 100 mil em espécie a Castro, conforme delatou um funcionário, Bruno Campos Selem.

De volta às “rachadinhas” de Flávio. Se verdadeiras, as conclusões do MP ajudam a explicar o enriquecimento do “zero um”. Na eleição de 2006, ele declarou 385 mil reais. Na de 2010, 690 mil. Na de 2014, 714 mil. Na de 2016, já dono da loja de chocolates, 1,4 milhão. Em 2018, 1,7 milhão. O patrimônio do pai sobe de forma parecida. Sai de 433 mil em 2006, para 826 mil em 2010, 2 milhões em 2014 e 2,2 milhões em 2018. Foi com o peculato das “rachadinhas” que o clã, que vive da política, enriqueceu? Em uma entrevista de tevê em 1999, o então deputado Jair Bolsonaro declarou: “Conselho meu e eu falo: sonogo



Seu País

tudo o que for possível”. O ídolo Donald Trump, bilionário, ficou dez anos sem pagar Imposto de Renda e recolheu apenas 750 dólares em 2016 e 2017, noticiou recentemente a mídia norte-americana.

Com base nas descobertas do MP do Rio, é possível supor que, se houve peculato e organização criminosa no antigo gabinete de deputado estadual de Flávio, foi obra do pai dele, em primeiro lugar. Antes de Queiroz tomar conta do pedaço, alguns funcionários de Flávio eram da família da segunda esposa de Jair, Ana Cristina Siqueira Vale. Para o MP, houve um “núcleo Resende”, a cidade da família de Ana Cristina, nas “rachadinhas”.

No primeiro mandato de Flávio, de 2003 a 2007, o gabinete era chefiado pela mãe de uma ex-sócia de Ana Cristina. Queiroz entrou ali após Bolsonaro se separar de Ana. Era amigo do ex-capitão desde 1984. Parentes e conhecidos de Queiroz formariam o segundo núcleo das “rachadinhas”. Haveria um terceiro, e barra-pesada: o do miliciano morto Adriano da Nóbrega. A mãe e uma ex-esposa de Adriano foram contratadas por Queiroz, suspeito de ter participado com o miliciano de um homicídio em 2003, quando eram PMs.

Flávio entrou na mira em 2018, em meio à apuração de um esquema generalizado de “rachadinhas” na Assembleia do Rio. Esse inquérito levou a várias prisões em 8 novembro de 2018, na Operação Furna da Onça. Esta teria sido adiada para depois da eleição, a fim de não prejudicar a campanha de Jair Bolsonaro. É o que diz o empresário Paulo Marinho, suplente de Flávio no Senado. O “zero um” teria contado a ele, em dezembro de 2018, haver recebido uma dica de um policial federal, entre o primeiro e segundo turno da campanha: o nome de Queiroz aparecera na investigação. Em 15 de outubro, oito dias após o primeiro turno, o ex-PM foi demitido do gabinete de Flávio na Assembleia. No mesmo dia, sua filha



A primeira-dama tenta censurar a música *Micheque*, dos Detonautas



Nathalia deixou o gabinete de deputado federal de Bolsonaro.

Com base no relato de Marinho, o Ministério Público Federal abriu um inquérito sobre a “dica”. Senador e suplente deveriam ter ficado frente a frente em 21 de setembro, mas Flávio deu bolo. Foi a Manaus, participar de um programa de tevê policiaisco. Antes, tentara evitar o *tête-à-tête* sob a alegação de ter contraído Covid-19. “Com certeza alguém mentiu, né? E não fui eu”, disse Marinho ao chegar para a acareação que não houve. O procurador à frente do inquérito, Eduardo Benones, acredita que o senador quis atrapalhar ao não aparecer e propôs ao procurador-geral da República, Augusto Aras, averiguar um crime de desobediência. Logo Aras, indicado ao cargo pelo pai do rapaz.

O alegado uso de uma loja de chocolates para Flávio lavar grana foi ironizado em uma música recente da banda de *rock* Detonautas, do vocalista Tico Santa Cruz, um progressista. Um dos versos diz que “zero um é Willy Wonka”, o nome do dono da “fantástica fábrica de chocolates” do filme e do livro homônimos. Quem ficou mais chateada foi a madrasta de Wonka. A canção intitula-se *Micheque*, referência aos 89 mil reais depositados pelo casal Queiroz na conta da esposa de Jair. “Hey Michelle, conta aqui pra nós, a grana que entrou na sua conta é do Queiroz? Hey capitão, como isso aconteceu?”, diz o refrão.

A primeira-dama tenta na Justiça proibir a música de ser tocada em qualquer lugar, na *web* ou no mundo real. Sente-se vítima de injúria, calúnia e difamação. Teria sido “difamada” pela *Folha* também? O jornal noticiou nos últimos dias que o programa social comandado por Michelle no governo, o Pátria Voluntária, de incentivo à caridade, beneficiou entidades

Bolsonaro tem motivos para beijar a mão de Gilmar Mendes antes de nomear novo ministro do STF

evangélicas indicadas pela ministra protestante da Família, Damare Alves. E teria sido abastecido com verba dada por um frigorífico para a compra de testes rápidos de Covid-19, um desvio de finalidade.

Quando se soube, em dezembro de 2018, dos primeiros 24 mil depositados por Queiroz na conta de Michelle, Bolsonaro afirmou que era a devolução de um empréstimo de 40 mil ao amigo. E os outros 65 mil, noticiados em agosto passado? Questionado a respeito por um jornalista de *O Globo*, reagiu assim: “Vontade de encher a tua boca na porrada, tá?”

No dia do lançamento da música *Micheque*, a Rede Globo foi proibida por uma

juíza do Rio, Cristina Serra Feijó, da 33ª Vara Criminal, de divulgar documentos da investigação sobre Flávio. A liminar havia sido pedida pelo senador sob o argumento de que seu caso é sigiloso. Outro capítulo da guerra do clã com a emissora. Bolsonaro reduziu a verba publicitária federal destinada ao canal. Pediu à Justiça direito de resposta no *Jornal Nacional*, por ter sido responsabilizado pelas mortes na pandemia de coronavírus, quando estas alcançaram 100 mil. Em uma viagem há alguns dias a uma fazenda em Mato Grosso, um major do Exército de sua comitiva tirou a equipe global do evento.

A emissora foi ao Supremo Tribunal Federal contra a censura no caso de Flávio. O caso está com o mato-grossense Gilmar Mendes. Que fará ele? Mendes tornou-se inimigo do lavajatismo, que a emissora apoia, e agora é íntimo de Bolsonaro. Recebeu-o em um jantar, no qual o *menu* foi a intenção do presidente de indicar este mês o juiz Kassio Nunes Marques para o Supremo. Consta, aliás, que Flávio abençoa a escolha do pai.

Em agosto, Mendes tinha mandado Queiroz para casa, após a prisão domiciliar dele ter sido dada e revogada pelo Superior Tribunal de Justiça. No STJ, o juiz do caso “rachadinhas”, Félix Fischer, tem sido duro. Negou vários pedidos do “zero um” para anular provas e a investigação toda. O senador tenta zerar a apuração, iniciada por um juiz de primeira instância, Flávio Itabaiana, desde que conseguiu foro privilegiado no TJ do Rio em junho. O MP fluminense foi ao Supremo contra o foro. Com quem o caso está? Mendes. Que é quem cuida de todo o caso Flávio-Queiroz na corte.

É... Bolsonaro tem motivos para beijar a mão do togado antes de indicar um novo integrante do Supremo. •



A denúncia está nas mãos de Gussem, procurador-geral no Rio